

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de fevereiro de 2023 às 07h57
Seleção de Notícias

Monitor Mercantil Digital online | RJ

Propriedade Intelectual

Como viabilizar a propriedade intelectual no agronegócio brasileiro	3
REDAÇÃO	

O Diário de Maringá - Últimas Notícias | PR

Propriedade Intelectual

Opinião Brasil: por que o quarto país do mundo em investimentos para inovação é apenas o 54.º no Índice Global de Inovação?	4
CENTRAL PRESS	

Como viabilizar a propriedade intelectual no agronegócio brasileiro

Modelo de sucesso entre Monsanto e Embrapa com a soja

A Lei 9.279 de 1996, vigente no Brasil e que serve de base para assegurar o **direito** à propriedade intelectual, estimulou o patenteamento em áreas importantes como a biotecnologia e suas aplicações na agropecuária e na saúde. Entretanto a capacidade de inovação do Brasil nestas áreas se situa em universidades e instituições de pesquisa como a Embrapa, diferente do que ocorre nos países desenvolvidos em que o setor privado investe pesadamente em pesquisa e desenvolvimento.

No Brasil, o exercício da lei de patentes enfrenta a burocracia de universidades e instituições de pesquisa, e as patentes não são comercializadas com a indústria. Existe uma compatibilidade possível no arcabouço legal brasileiro que permite o funcionamento da **propriedade** intelectual. A compatibilidade envolve as leis de **Inovação** Tecnológica e de Propriedade Industrial. A **Lei** de Inovação Tecnológica estabelece, no artigo 11, referindo-se à Instituição de Ciência e Tecnologia que é definida na lei:

"Artigo 11 - A ICT poderá ceder seus direitos sobre criação, mediante manifestação expressa e motivada, a título não oneroso, nos casos e condições definidas em regulamento, para que o respectivo criador os exerça em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade nos termos da legislação pertinente

Parágrafo único A manifestação prevista no caput deste artigo deverá ser proferida pelo órgão ou autoridade máxima da instituição, ouvido o Núcleo de **Inovação** tecnológica, no prazo fixado em regulamento."

A legislação pertinente é a lei de Propriedade Industrial, que estabelece, no artigo 88:

"Artigo 88 - A invenção e o modelo de utilidade pertencem exclusivamente ao empregador quando decorrem de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou atividade inventiva, ou resulte esta da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado."

Para viabilizar este modelo, as patentes têm que ser negociadas com terceiros e tornadas públicas em jornais de expressão para que opositores à negociação se manifestem. Esse modelo de funcionamento da propriedade intelectual não está em exercício no Brasil, mas complementar, muitíssimo, negociações importantes que tiveram grande impacto no agronegócio do Brasil, como foi a parceria feita pela Monsanto com a Embrapa, detentora da melhor genética de soja, da tecnologia que teve como base o gene RR para resistência ao herbicida glifosato.

Esta história de sucesso, que tem mais de duas décadas, é uma de muitas que associou genes de grande empresas com a genética brasileira para os trópicos. Hoje, essas empresas, no Brasil há mais de meio século, fazem genética para os trópicos muitas vezes com geneticistas brasileiros discípulos de grandes geneticistas brasileiros. Exemplo marcante é o do Romeu Kiihl, pai da soja brasileira. Os exemplos se multiplicaram como atesta a CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

Luiz Antonio Barreto de Castro é membro da Academia Brasileira de Ciências e CEO da Dom Bosco Serviços de Biotecnologia e Projetos.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Opinião Brasil: por que o quarto país do mundo em investimentos para inovação é apenas o 54.º no Índice Global de Inovação?

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ocupa o quarto lugar entre os países que mais recebem investimentos em inovação, mas está apenas em 54.º lugar no Índice Global de Inovação (IGI) de 2022, consolidado pela Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Quais seriam as razões desta dicotomia e como superá-la?

O Brasil ainda tem muitos problemas sócio-econômicos estruturantes a resolver e para isso conta com um povo alegre e criativo na superação de suas adversidades diárias. Nosso ambiente se mantém fértil ao surgimento de ideias inovadoras tanto pelas nossas necessidades quanto pela capacidade da nossa gente. O longo caminho que temos a percorrer é cheio de desafios, mas conta com recursos disponíveis e um gigantesco potencial de realização, o que deve ser encarado como janela de oportunidade.

Cabe ressaltar que a 54.ª posição do Brasil no IGI deste ano foi comemorada e seu desempenho considerado acima da média, com um avanço de três posições em relação a 2021, rendendo-lhe a entrada, em segundo lugar, no **ranking** de líderes mundiais em inovação para América Latina e Caribe, logo atrás do Chile. O resultado é bom, mas pode melhorar.

Os Estados Unidos avançaram da 7.ª para a 2.ª posição no IGI entre 2018 e 2022, resultado em grande medida atrelado à alta performance que o Vale do Silício vem desempenhando há décadas em matéria de inovação. Uma das medidas determinantes desse sucesso é a concessão de vistos especiais a estudantes com alta capacidade comprovada, política pública que vem atraindo talentos e investimentos em larga escala, mantendo o ambiente altamente inovador.

Inúmeras **startups** surgiram ou se consolidaram no Vale do Silício americano, que hoje reúne algumas das maiores empresas de tecnologia do mundo.

Em vários outros lugares, inclusive no Brasil, ideias promissoras não se materializam em grandes inovações e muitas **startups** acabam falindo antes mesmo, ou logo depois, de um breve sucesso. Portanto, além dos recursos financeiros, há outras variáveis que determinam o êxito. Muitas iniciativas boas são concebidas fora de contexto e acabam não sobrevivendo, sendo engolidas pelo **status** quo, seja por não estarem aderentes ao mercado em que se pretendem inserir, seja pelo ecossistema político.

Os investidores de sucesso precisam estar atentos ao campo em que atuam, promovendo uma integração harmônica entre um produto ou serviço inovador e todo o conjunto de atores a ser impactado, calculando os possíveis conflitos decorrentes da inovação proposta, bem como suas possíveis soluções.

Não raro, uma inovação exige adequações regulatórias e o custo das ações políticas deve ser igualmente calculado, pois sempre há uma hierarquia de preferências e de atores no processo decisório e, em geral, existe conflito de interesses na elaboração das políticas públicas, o que é intrínseco ao ambiente democrático. Produzir dados, estimular a pesquisa e o debate e avaliar os cenários externos e internos são ações fundamentais nesse processo.

Governos e investidores têm responsabilidade determinante nessa transformação. É mister usar a tecnologia disponível para organizar a vasta quantidade de informações existentes e qualificar a tomada de decisão, desburocratizar e modernizar o ambiente de negócios. O olhar social responsável integrado ao fomento da inovação também é fundamental para

Continuação: Opinião Brasil: por que o quarto país do mundo em investimentos para inovação é apenas o 54.º no Índice Global de Inovação?

garantir a sustentabilidade de uma nova ideia.

Por fim, está claro que aqui se tem todos os ingredientes para transformar o Brasil em polo de inovação e empreendedorismo, basta não perdermos de vista a importância do olhar contextualizado e cuidadoso com as peculiaridades de cada projeto, de cada região e de cada momento. Ideias plantadas no tempo e no espaço corretos, dadas todas as demais condições favoráveis que o Brasil reúne, potencializarão sobremaneira nossos resultados.

Além de recursos, os bons projetos não podem prescindir de uma análise de cenário assertiva, com ade-

quada avaliação de impacto regulatório e as políticas públicas devem estar em sintonia entre si. Podemos melhorar nossa performance usando a tecnologia para promover maior inclusão e proporcionar melhores condições de vida e de trabalho a todos os brasileiros e brasileiras, basta mantermos uma visão política apurada, com respeito à nossa diversidade, estando sempre prontos para reconhecer e apoiar as ideias brilhantes, na hora e no lugar certos.

***Carlos** Alberto Santana é empresário, investidor, advogado, CEO da CS Invest e sócio fundador da Tecnobank.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

3, 4

Direitos Autorais

3

Inovação

3